

# Ganhar e não levar

TERESA COSTA D'AMARAL

**P**enso no momento brasileiro: acordar para exigir direitos que os poderes constituídos pensam poderem nos negar eternamente. Uma Constituição cidadã, executivos e legislativos funcionando normalmente, Judiciário ativo, embora muitas vezes sem poder efetivo. Ganhamos um novo país depois de anos de ditadura, mas não levamos com ele democracia.

No Brasil o impasse não são recursos, eles aparecem quando se decide querer. O problema é haver vontade de construir políticas públicas verdadeiras, concretas.

Posso dar exemplos da minha prática no IBDD, ONG que luta pelos direitos das pessoas com deficiência. Nosso dia a dia é ganhar e não levar, temos uma legislação exemplar para a área, considerada a melhor das Américas, mas a menos executada.

A Lei de Cotas para emprego de pessoas com deficiência nas empresas tem 22 anos. Segundo cálculos baseados na Rais de 2011, se o percentual fosse obedecido teríamos tido 926 mil profissionais com deficiência empregados. Tivemos apenas 325 mil.

Para tornar concretos direitos garantidos em lei, o IBDD atua através de Ações Cíveis Públicas.

Nelas o mesmo problema, ganhamos e não levamos. Os poderes constituídos são craques nisso: o direito existe, foi preciso buscar a intervenção do Poder Judiciário, o Judiciário decidiu, mas a execução desse direito é protelada ao infinito.

*Leis e normas para defender os direitos dos deficientes até são aprovadas, mas na prática não são respeitadas. Precisamos cobrar o que nos é devido*

Uma delas diz respeito à acessibilidade nos prédios públicos. Ganhamos em 2009, a multa já somaria cerca de R\$ 22 bilhões. Muito pouco foi feito, nem os prédios estão acessíveis nem a multa aplicada. Nem União, nem estados, nem municípios desejam cumprir a Lei ou obedecer à Justiça.

Ganhamos também a que visa a garantir a acessibilidade nos prédios particulares de uso coletivo: escolas, faculdades, teatros, cinemas, estádios, restaurantes, etc. A Prefeitura não obedeceu à Lei nem à Justiça. É de faz de conta a exigência de acessibilidade estabelecida para a concessão de alvará.

Outra, ainda, foi para acessibilidade nos ônibus. Ganhamos, mas não levamos. Parte da frota de ônibus pode até já ter elevador, mas o problema de acesso não foi resolvido.

No IBDD, nas ações individuais, as mais sofridas são as que visam a garantir às pessoas com deficiência o acesso a aparelhos de suporte para respiração. Ganhamos inúmeras; em uma delas, anos atrás, não conseguimos em tempo a execução, nosso deficiente morreu antes da entrega do aparelho. Agora, a Justiça passou a indicar que o Cardoso Fontes forneceria o Bipap, mas o hospital afirma que "não possui o Programa de Assistência Ventilatória...". Temos outras ações para obtenção do aparelho, é o direito à vida que precisa ser respeitado.

Jornais noticiaram que o cadeirante Samuel de Oliveira, revoltado, construiu com suas próprias mãos uma rampa de acesso para o prédio da Secretaria de Saúde em Juína, no interior do Mato Grosso, resolvendo um problema de responsabilidade governamental.

Não podemos mais aceitar ganhar e não levar. Sou a favor de protestos pacíficos por todo o Brasil. Precisamos cobrar o que nos é devido como direito. O povo brasileiro merece. ●

*Teresa Costa d'Amaral é presidente do Instituto Brasileiro da Pessoa com Deficiência (IBDD)*